



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

Ata da 6ª sessão ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.

Torno público que aos 13 (treze) dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório “João Bosco Carneiro”, reuniu-se, ordinariamente, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça sob a presidência da Exma. Senhora Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Janete Maria Ismael da Costa Macedo. Compareceram à sessão os Exmos. Senhores Drs. José Roseno Neto –Corregedor-Geral do Ministério Público, José Marcos Navarro Serrano, Sônia Maria Guedes Alcoforado, Lúcia de Fátima Maia de Farias, Josélia Alves de Freitas, Antônio de Pádua Torres, Risalva da Câmara Torres, Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena, José Raimundo de Lima, Marcus Vilar Souto Maior, Otanilza Nunes de Lucena, Francisco Sagres Macedo Vieira, Nelson Antônio Cavalcante Lemos e Maria Lurdélia Diniz de A. Melo. Presente, também, o Promotor de Justiça convocado, Dr. Luis Nicomedes de F. Neto, em substituição ao Procurador Alcides Orlando de Moura Jansen. Ausências justificadas dos Exmos. Senhores Drs.: Paulo Barbosa de Almeida, Álvaro Cristino P. Gadelha Campos e da Promotora de Justiça convocada, Dra. Maria do Socorro Silva Lacerda. Havendo número regimental, foi aberta a sessão pela Presidente. Na fase de comunicações, a Presidente fez as comunicações de praxe do órgão. Terminadas, a Presidente do Egrégio Colegiado convidou o Secretário Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social, Dr. Airton de Sá Ferraz, e o Comandante da Polícia Militar, Coronel Kelson Chaves, para tomarem assento à mesa do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, para tratarem de assuntos referentes à Segurança Pública no Estado da Paraíba. Após cumprimentá-los, a Presidente passou a palavra ao sr. Secretário Adjunto de Segurança Pública, Dr. Airton de Sá Ferraz, que, inicialmente, cumprimentou os integrantes do Órgão Colegiado e



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

pediu desculpas pelo não comparecimento do Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, por ter surgido uma viagem de emergência a Campina Grande, não podendo então participar da sessão para a qual foi convidado. Em seguida, passou a falar da situação em que se encontra, atualmente, a segurança pública do Estado da Paraíba, especificamente de 2003 para cá. Disse que o Estado dobrou o efetivo da Polícia Civil em 100% (cem por cento), mediante a realização de um concurso público em 2003, extinguindo-se, a partir daí, a figura do delegado comissionado, ou seja, pessoas que exerciam a função de delegados de polícia civil, mas que, na verdade, não tinham sido formados para esse mister. Mesmo assim, disse, até janeiro de 2005, ainda existiam 140 delegados comissionados no Estado. Disse o palestrante que houve um interregno de mais de 14 anos sem entrar um único funcionário na Polícia Civil da Paraíba, ocasionando prejuízo à Instituição de Segurança Pública do Estado. A Polícia Militar renovou e aumentou seu efetivo que era de mais de 6.000 (seis mil) para quase 10.000 (dez mil) homens, tendo havido assim um incremento policial nessa facção da polícia. Pedindo uma aparte, O Dr. José Marcos Navarro Serrano perguntou sobre o número ideal de policiais por habitantes. O Dr. Ferraz respondeu que se tem que levar em conta até a região, porque a realidade do Brasil é diferente da realidade de Nova York e da Suíça. Então dizer qual o efetivo necessário por população é impossível afirmar. Disse o palestrante que, em 1972, houve a primeira reforma na Polícia Federal do Brasil, contratando o Governo Federal, naquela ocasião, a Fundação Getúlio Vargas para fazer uma reestruturação da Polícia Federal, inclusive na parte administrativa, chegando-se à conclusão de que a Polícia Federal deveria ter um efetivo de 17.600 (dezesete mil e seiscentos) homens, para a realidade do Brasil naquela época. Hoje, em 2008, o efetivo da Polícia Federal é de cerca de



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

12.000 (doze mil) homens, embora se saiba que a realidade de 1972 para 2008 no Brasil não seja a mesma. Esse é um fato concreto que acontece, disse o palestrante. E continuou dizendo que o Estado está tentando desde 2003 colocar o efetivo ideal das Polícias Militar e Civil por habitante. E isso não se faz do dia para a noite, disse ele, não é só querer resolver a questão, mas é realizar concursos, oferecer cursos de formação, o que leva no mínimo um ano, para só então ser aumentado o efetivo policial. O Governo está tentando resolver a situação, ou seja, já colocou no efetivo da Polícia Civil 100% do existente de 2003, e na Polícia Militar, passou de 3.000 (três mil) para 6.000 (seis mil) homens. O Estado conta, atualmente, com mais de 10.000 (dez mil) homens nas duas polícias. Novamente questionado sobre o efetivo ideal por população, respondeu que o efetivo da Polícia Civil para a Paraíba deveria ser de cerca de 6.000 (seis mil) homens, mas que atualmente existem apenas pouco mais de 2.000 (dois mil). Passaram-se 18 anos sem, absolutamente, ninguém entrar na Polícia Civil. Disse que a Polícia Federal passou um período de 12 anos sem ingressar ninguém e teve de pagar um preço alto. Só no fim do Governo de Fernando Henrique para cá é que começaram a abrir concursos, por isso essa Instituição passou pelos mesmos problemas de falta de efetivo policial. O Dr. José Marcos Navarro Serrano fez referência à questão salarial dos policiais e delegados, dizendo que os baixos salários não estimulam a população à carreira. A essa abordagem, o Dr. Airton de Sá Ferraz disse que o assunto está sendo revisto pelo Governo. De 2003 para cá, disse ele, houve um aumento significativo, uma recuperação salarial da Polícia Civil, o que não significa que seja o ideal. A Presidente do Egrégio Colegiado perguntou ao Dr. Airton de Sá Ferraz qual ação que a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social vem planejando para melhorar a Segurança Pública. O Secretário Adjunto respondeu que, com relação à polícia judiciária,



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

houve uma evolução muito grande, apesar de as falhas ainda existirem. Houve uma grande mudança, para melhor, desde 2003, com o ingresso dos novos delegados. Com relação à inteligência policial que, segundo afirmou, praticamente não existia no Estado da Paraíba, em 2003, foi criada no âmbito da Secretaria de Segurança, mas só em novembro do 2007 é que começou a funcionar, efetivamente. Foram quase 02 anos para montar a estrutura física do prédio, adquirir o equipamento - no que contou com o apoio da SENASP - e formar o pessoal da Polícia Civil para trabalhar nos serviços de análise e informações criminais. Disse também que o Governo está procurando melhorar o policiamento ostensivo efetuado pela Polícia Militar, colocando em circulação mais 100 viaturas alugadas pelo Estado, que irão atuar, no policiamento ostensivo-preventivo, na grande João Pessoa e em Campina Grande .nos próximos dias. Serão 80 viaturas para a Polícia Militar e 20 para a Polícia Civil. Algumas viaturas que hoje atendem a essas duas regiões serão designadas para municípios onde há falta de viatura policial. Esclareceu que o aluguel de viaturas representa uma grande economia para o Estado e que isso constitui uma prática que está sendo adotada nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Disse que o custo e a manutenção da viatura alugada é bem mais viável e econômica, por isso o Estado está implantando esse sistema. Informou que existem vários tipos de policiamento: de carro, de moto, a cavalo, de bicicleta, a pé. Falou que há um trabalho conjunto entre a Polícia Civil e Militar, planejado em reuniões na Secretaria de Segurança, onde se discutem o que se pode fazer, no sentido de realizar um trabalho preventivo e de defesa. Disse da preocupação constante da Secretaria em aperfeiçoar os serviços e que, com o término da montagem dos CIOP´S, irá melhorar muito o nível de registro de ocorrência e o atendimento à população, bem como haverá um melhor controle das viaturas,



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

porque todas terão um localizador de satélite que aperfeiçoará o georeferenciamento da Cidade. Prosseguindo, voltou a falar sobre as melhorias na Segurança Pública, nesses últimos tempos, como o aumento dos efetivos da Polícia Civil e da Polícia Militar, a aquisição de novos equipamentos como: viaturas, coletes, implantação da agência de inteligência, aquisição de equipamentos inclusive o equipamento chamado “guardião, reformas em várias delegacias, tanto na capital como no interior. Afirmou que está sendo planejado um novo concurso para a Polícia Civil e já está em andamento o da Polícia Militar. Falou da criação do “soldado voluntário” que será contratado para fazer o trabalho burocrático e administrativo, liberando, assim, o policial formado para o exercício do seu trabalho específico na segurança pública e para o qual foi treinado. Continuando, falou que crimes e assaltos sempre vão existir, porém o Estado está, constantemente, procurando uma melhor forma de reduzir a criminalidade. Falou sobre uma reunião feita pela Secretária de Segurança Pública e Defesa Social com a Caixa Econômica Federal e o Banco de Brasil no sentido de diminuir a chamada “saidinha de banco”. Disse que foram chamados esses dois bancos porque são os que ainda se preocupam com o cliente, mas onde ainda existem algumas falhas que aos poucos pretendem saná-las. Complementou dizendo que o restante das agências não se preocupa muito. Explicou que os bancos não dispõem do equipamento de segurança, o que dificulta o trabalho de investigação. Disse ainda que, mesmo colocando policiais para circularem nas áreas dos bancos, não há com se evitarem os assaltos. O Dr. José Marcos Navarro Serrano indagou ao Secretário Adjunto da Segurança Pública e Defesa Social se há policiais disfarçados. O Secretário respondeu afirmativamente. A Presidente do Egrégio Colegiado perguntou se a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social tem algum planejamento para a Comunidade São José. O Dr. Airton de Sá



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

Ferraz disse que existem alguns projetos que estão em andamento, mas que os detalhes específicos, só o Secretário, que está à frente deles, é que saberia explicar. Falando sobre armamentos e munições, o Secretário Adjunto falou que não é verdade que falta munição na Polícia Civil. Quanto ao armamento, disse que não existe a quantidade suficiente para fornecer 01 pistola para cada policial, mas que o armamento de calibre pesado para as delegacias e superintendências não falta. Disse que, se hoje, houver necessidade de uma operação, todas as Superintendências de Polícia Civil, têm armamento pesado, ou seja, a Macau, o Fuzil, a Espingarda 12. Portanto, disse mais uma vez, o que não existe é o armamento de uso individual para todo o efetivo. Exemplificando, disse que a 1ª Delegacia Regional de Direito à Pessoa é composta de 10 Delegacias Distritais e mais as Especializadas. Quando há necessidade de uma operação específica para prender uma quadrilha, organiza-se uma equipe que deve estar muito bem armada para enfrentar a situação, e a Superintendência tem o armamento necessário para fornecer nesse momento. Então não há falta de armamento. Falou que na Secretaria existe o Disk Denúncia à disposição da população com um telefone para qualquer tipo de denúncia à Polícia Civil. Outro trabalho que a Polícia Civil vem fazendo, a exemplo do que é realizado na frente da Secretaria de Segurança Pública, é o fechamento de avenidas para a população local fazer caminhada, contando com atendimento de verificação da pressão. O Dr. Marcus Vilar Souto Maior perguntou se há pesquisa sobre o patrimônio do policial civil, e se esse patrimônio é compatível com o que ele percebe. O Dr. Ferraz respondeu que não tem conhecimento da existência de tal pesquisa, porém disse que, no ano de 2007, doze funcionários da Polícia Civil foram demitidos por práticas administrativas ilegais, dentre eles, delegados, agentes e funcionários administrativos e que, no corrente ano, 01 delegado foi demitido a bem do serviço



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

público. Disse ainda que, no ano passado, foram instaurados e concluídos, aproximadamente, 100 (cem) procedimentos administrativos. Falou também do caso de um funcionário demitido e que foi aprovado no concurso da Polícia Federal, como agente, porém a inteligência da Academia da Polícia Federal, entrando em contato com a Secretária de Segurança e Defesa Social do nosso Estado, foi informada da demissão dele a bem do serviço público. Mesmo já tendo sido demitido, foi feita outra solicitação de nova demissão, em razão do segundo fato e, ao ser concluído o processo, encaminhou-se o resultado para a Polícia Federal, que desligou o funcionário reincidente daquela instituição. Procedimento igual ocorreu quando esse mesmo candidato ingressou na Academia da Polícia Federal em Brasília. Disse que foi encaminhado cópia do Processo Disciplinar para a Procuradora-Geral, Dra. Janete Ismael, para os procedimentos legais, porque realmente o que houve foi crime de extorsão. Informou que foi concluído um segundo Processo, contra dois agentes que estavam com esse Delegado, com decisão, também, de demissão a bem do serviço público. O Dr. Ferraz, respondendo ainda ao Dr. Marcus Vilar Souto Maior a respeito da durabilidade das viaturas nas mãos dos policiais e de eventual troca de peças, explicou que um carro de polícia, tem vida útil de, no máximo, 01 ano, pois é usado para a policiamento ostensivo, fazendo com que esse carro não esfrie o motor, ou seja, o carro é ligado durante as 24 horas do dia, parando apenas para a troca de equipes. O desgaste de um carro desses é muito grande. Quando usado para fazer investigações e tendo uma boa manutenção, disse, o carro terá uma vida útil de 2 anos. Acrescentou que, de 2004 para cá, não tem registro de trocas de peças e de instrumentos de manutenção das viaturas da Polícia Civil. Disse que agora existe uma firma, empresa contratada através de uma licitação pública, que faz a manutenção dessas viaturas, possibilitando um controle sobre as pertencentes à



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

Secretaria de Segurança Pública. A Dra. Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena perguntou ao Dr. Airton de Sá Ferraz sobre o custo de uma locação de veículos para ser usado como viatura. Em resposta, o Dr. Ferraz disse que o custo é muito menor do que possuir uma viatura própria e explicou que, ao comprar um carro do valor de R\$ 20.000 (vinte mil reais), o gasto é muito alto com a manutenção e com eventuais peças para reposição, além das despesas com o pagamento da oficina, disse ele, enquanto que com um carro alugado, a manutenção é toda por conta da locadora. Além disso, acrescentou, que ainda existe a vantagem de quando tem que colocar a viatura para conserto, a locadora ser obrigada a fornecer outro até o término do conserto daquela. Prosseguiu, falando da experiência que teve na Polícia Federal, no ano de 2001, quando trabalhava na Superintendência da PF do Estado do Rio Grande do Norte, que não parou de funcionar porque foram usados os veículos apreendidos pelo judiciário, porque todos os carros que eram da frota da própria Polícia Federal estavam parados, por falta de dinheiro para a manutenção. Acrescentou que hoje alguns Estados já estão vendo a vantagem da locação de carros para esse fim. A Dra. Sônia Maria Guedes Alcoforado perguntou se o Secretário Adjunto tinha a estatística das batidas que poderiam se evitadas por parte dos policiais pelas imprudências no trânsito e o Dr. Antônio de Pádua Torres indagou sobre o planejamento, as estratégias de Segurança Pública para todo o Estado. Respondendo à pergunta da Dra. Sônia Maria Guedes Alcoforado, o Dr. Ferraz disse que quando ocorre um caso desses, é aberto um processo administrativo disciplinar e se ocasionar morte ou acidente grave, será aberto um inquérito policial e um processo administrativo, e comprovada a negligência do motorista, ele responderá por isso. Em seguida, respondeu ao Dr. Antônio de Pádua Torre, dizendo que talvez fosse ficar repetitivo, pois já expusera, anteriormente. Lembrou que houve um incremento na estrutura da Segurança



Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

Pública do ponto de vista humano e material, para a prestação do serviço à população. Falou que a Secretária de Segurança Pública tem um acompanhamento constante das ocorrências no Estado, com a indicação dos locais de maior incidência e dos tipos de crimes ocorridos, dados esses que são a base das estatísticas e de planejamento das ações policiais. Semanalmente, disse, são acompanhadas as ocorrências policiais, no Estado, para verificar o que está acontecendo, onde está acontecendo, como está acontecendo e quais os meios necessários para combater ou para evitar este tipo de ocorrência. Os trabalhos vem sendo desenvolvidos tanto nos Batalhões do Interior, como nos Batalhões sediados aqui em João Pessoa. Disse, ainda, que existe um trabalho direcionado a assaltos a ônibus, porém não há um policiamento ostensivo, pois o número de policiais não é suficiente para poder manter programas efetivos. Em resposta à indagação do Dr. Luis Nicomedes de F. Neto, disse que não existe mais funcionário administrativo trabalhando armado e se algum funcionário for encontrado nessa condição, a responsabilidade é diretamente dele. Falou que existem funcionários que prestam serviços nas delegacias como motoristas e atendentes e que eles não são agentes de investigação, por isso não devem portar armas. O Dr. José Roseno Neto, inicialmente, comentou que não acredita em Segurança Pública patrocinada por empresários. Acrescentou que a doação de uma delegacia por parte de empresário ficaria vinculado a determinado propósito. Disse, ainda que, quando uma delegacia é aberta, sua finalidade é atender a toda a comunidade como a Comunidade do bairro São José. Prosseguiu dizendo que foi delegado de carreira durante os anos de 1981 a 1983, aproximadamente dois anos e sete meses, e nota que hoje não é muito diferente quanto ao número de policiais por delegacia. Em seguida, sugeriu que a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social realizasse curso de reciclagem e



Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

encontros com os delegados. A Presidente do Egrégio Colegiado informou que o Ministério Público está pronto para contribuir, a exemplo do diagnóstico realizado pelo MPE das delegacias, que motivou a recuperação de alguns imóveis. Disse, ainda, que o MPE se propõe a oferecer curso de aperfeiçoamento para todos delegados, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional no tocante à matéria de Inquéritos Policiais, pois há uma constante reclamação dos Promotores de Justiça a respeito dos Inquéritos Policiais mal elaborados pelos delegados. Dr. Airton de Sá Ferraz disse que, com relação à elaboração de inquéritos policiais, está havendo uma significativa melhora com a entrada dos novos delegados, concursados, porém ainda existem falhas. Prosseguiu informando que o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social vai criar uma Corregedoria, dentro da própria Secretária, voltada para os problemas de civilidade e para fazer as correções dos inquéritos policiais. Uma vez detectadas essas falhas, a equipe chamará esse pessoal para orientar quanto ao correto procedimento. O Dr. Francisco Sagres Vieira Macedo indagou a respeito dos plantões quinzenais dos delegados de polícia. A esse respeito o Dr. Ferraz explicou que é obrigada a existência de um delegado plantonista por região porque a Secretaria não tem condições de ter um delegado em cada município, pois não há delegado suficiente para isso. Com um delegado de plantão em cada região, todos os flagrantes da região são direcionados a ele. Em seguida, falou que a Secretaria está procurando solucionar essas ocorrências, fazendo uma redistribuição de delegados rurais, começando pela região de Picuí. A Presidente do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça passou a palavra ao Coronel Kelson que iniciou sua explanação, dizendo que estava como comandante há pouco mais de 60 dias e, como todos tinham conhecimento, a Corporação passa por um momento delicado, porém vai procurar, nesse espaço de tempo, falar o



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

que efetivamente vai propor para o Governo e para a Secretaria de Segurança Pública, sua concepção de como se fazer uma polícia diferente. Disse que João Pessoa é uma Capital com quase 700 mil habitantes e o Estado com mais de 3 milhões e 600 mil. O efetivo da Polícia Militar não é mais de 10 mil homens, explicou, cujo número diminuiu depois da emancipação administrativa e financeira do efetivo do corpo de bombeiros. Hoje, acrescentou, o efetivo da PM é de 9.225 homens e mulheres para uma população de 3.650.303. O número que se apregoa, embora não exista nenhuma convenção obrigando o Estado a disponibilizar, é de um PM para cada 250 habitantes. Isso é uma ficção que foi criada ao longo da história. Dizem que a ONU foi quem definiu isso, porém não se tem registro. Trata-se de uma proporção que se utilizou ao longo dos anos e que a polícia e a sociedade incorporaram como um dado, um norte. Seqüenciando, disse que, utilizando esse parâmetro, no Estado, há uma proporção de 395,6 habitantes por PM. Em João Pessoa, essa proporcionalidade fica em torno de 293 habitantes para cada PM. Na região metropolitana, esse número já cresce um pouquinho porque se atrelam aí as populações de Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Lucena, Conde, Jacumã, aumentando para 353 habitantes por PM. Informou que, quando assumiu o comando, encontrou os serviços de inteligência da PM com apenas uma viatura, o que é impossível atender à demanda. Por isso, está gradativamente fazendo mudança para um melhor funcionamento da inteligência, adquirindo máquina fotográficas que não existiam nesse setor da PM. Disse que estava investindo na compra de equipamentos que possibilitem melhoria do trabalho. Explicou também que foi preciso fechar algumas inteligências por uma série de motivos e que estava trabalhando para resgatar a confiança da sociedade na polícia. Prosseguindo, disse que pretende construir algumas bases de TCO com a ajuda do MP da Paraíba em todo o Estado, capacitar os policiais para fazer



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

valer a decisão do Supremo, que autoriza a autoridade policial militar a formalizar o TCO, fazer atendimento dentro do quartel de polícia, trabalhando na quebra do paradigma de que em quartel de polícia ninguém entra. E complementou, dizendo que o cidadão vai passar a entrar no quartel de polícia e ser bem atendido. Informou que, há alguns dias foi procurado por uma líder comunitária da Nova República que dizia que o Comando da PM precisava melhorar a situação da segurança daquela comunidade. A Nova República é um dos bairros, diferentemente de Manaíra que deve estar no ranking no 9º ou 11º lugar de bairros mais perigosos, em termos de chamado crime violento. Explicou que lá existe um posto de polícia, mas que não se resolve muita coisa. Lamentavelmente, disse ele, o espectro do “bico” está tão impregnado na Corporação, que, quando um PM pede para trabalhar no posto de polícia “X”, já se imagina que ele quer trabalhar naquele posto para dormir a noite inteira, porque está mais preocupado em chegar na hora certa no local do “bico”. Ao contrário, disse ele, a polícia devia estar circulando, dando mais segurança às pessoas. Falou sobre a proposta que a Procuradora-Geral apresentou e que foi levada ao Governador para ser estabelecida uma doutrina de atuação do policiamento para todo o Estado. Falou que a cidade de João Pessoa é fatidicamente a cidade com os maiores problemas, inclusive a mais violenta do Estado em virtude da sua complexidade, da sua dimensão, dos inúmeros problemas sociais e de ser a cidade mais populosa do Estado. Com relação ao bairro São José, disse que lá existe muita gente boa, que quer ouvir a polícia. Essa estratégia de ir ao povo, faz parte do projeto que foi batizado de “amplo”, embora esse não seja o nome definitivo. Mas que vai tratar das ações do policiamento ostensivo que deverão ser implementadas e que terão início aqui em João Pessoa, com a chegada das 100 viaturas. O primeiro objetivo do projeto é melhorar a sensação de segurança para



Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

o cidadão. Com o acréscimo do número de viaturas é possível chegar às células base em sociedade que são: família, escola e igreja, em fim, aproximar a polícia do cidadão e, disse ele, que essa aproximação da polícia com os cidadãos não se dá pela implantação de postos de polícia, nem de tendas, nem de barracas, e sim através do estabelecimento de pontos-base variáveis que façam com que as viaturas andem, circulem, procurem não o crime, mas o contato com o cidadão. Essa é a base principal do projeto, afirmou. Quando a polícia está presente dificilmente o bandido vai cometer um crime. O Coronel Kelson informou que está sendo montado o Kit básico operacional, contendo alguns equipamentos necessários para o desenvolvimento do trabalho, como: revólver, pistola, bastão, binóculo, cones, lanterna, munição, e todas as viaturas terão à disposição cones de sinalização e luvas. Além do kit, vão ser entregues folders à população. Registrou, ainda, que os bairros de Manaíra e São José contavam apenas com uma viatura, para cobrir todo setor. A partir desse redimensionamento proposto e com a chegada das novas viaturas, os bairros citados e o bairro do Jardim Luna passarão a contar com quatro viaturas, cada uma com dois homens. Todas as viaturas serão equipadas com GPS, e cujo operador fica com o mapa da cidade na frente, podendo acionar quantas viaturas achar conveniente e necessário para atender a uma ocorrência. Além dessas viaturas que serão dobradas na atividade do rádio patrulhamento, a cada quatro zonas de policiamento ostensivo existirá uma guarnição de choque leve, ou seja, uma guarnição com um efetivo mais preparado em uma blazer para atender a ocorrências de grande porte, em apoio às viaturas que já estão distribuídas. Os bairros do Jardim América, Jardim Oceania, Aeroclube, Jardim Luna, Manaíra, São José, Cabo Branco e Tambaú, terão uma guarnição dessas. Informou que entre os bairros do Bessa e Cabo Branco existirão nove viaturas mais uma blazer com um pessoal mais sofisticado



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

para, na hora exata da ocorrência, o pessoal chegar junto. Isso vai ser feito tanto na área de atuação do 1º quanto do 5º batalhão. Os Conjuntos Mangabeira I, III, VI e VII terão duas viaturas; Mangabeira II, IV e V terão duas viaturas, Mangabeira VIII, IX e X também terão mais duas viaturas e uma só para a Costa do Sol que pega a parte do Conjunto do IPEP, ASCON, aquela área do PP I e PP II. Haverá uma viatura específica para a área dos presídios. O Centro de João Pessoa que hoje dispõe de uma viatura para atender ao Centro, Tambiá, Roger, até o 13 de Maio e Padre Zé contará com sete viaturas para atender nessa área. Disse que tinha uma meta a alcançar, no prazo de 90 dias, que era diminuir o TMA (tempo médio de atendimento) de ocorrência policial. Informou que a Polícia Militar está promovendo a melhoria da auto-estima do policial militar, para que possam ir às ruas com mais satisfação e contando com os equipamentos de proteção individual básico na viatura. O que se quer, disse ele, é aproximar a Polícia Militar do cidadão, reduzir os índices de criminalidade em até 10% num prazo de 180 dias. O Dr. José Raimundo de Lima perguntou se o Comando Geral tem alguma programação para o Cangote do Urubu, Timbó, Posto João Tota, Alto do Mateus, Cinco Bocas, Mandacaru, Valentina, Grotão e Cinco Lagoas. O Coronel respondeu que dentro dos indicadores de desempenho, o último é elevar a apreensão de drogas, armas e munições, reduzindo-as ao patamar de 5%. A Dra Lúcia de Fátima Maia de Farias comunicou que passou por um incidente terrível com um policial e gostaria de saber qual é a dinâmica com relação à abordagem do policial ao cidadão de bem. O Coronel respondeu que uma das metas do projeto em execução é a reciclagem dos policiais. Falou que vai ser um trabalho de sensibilização, de fazer com que eles se conscientizem da necessidade de utilizar o efetivo mais preparado, mediante a realização de cursos de técnicas estéticas humanas, inclusive se utilizando do efetivo da força nacional para transmitir-lhe os



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

mesmos conhecimentos que eles adquiriram. Deve ser dado tratamento cortês ao cidadão, disse ele, porque todas as pessoas devem ser encaradas como cidadãos de bem. Situações que ocorrerem e venham ao conhecimento da Corporação devem ser apuradas em toda a sua integralidade. O Dr. José Raimundo de Lima perguntou se nas regiões citadas existe ação voltada à coibição ao tráfico de drogas. O Coronel Kelson disse que já foram identificados em torno de 320 pontos de venda de drogas e a intenção é, dentro de um mês, fazer estourar 10 a 20 outros pontos de venda. Ou se declara guerra ao tráfico, disse, ou ao contrário a sociedade paraibana e de todo Brasil vai se acabar. A Dra. Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena perguntou sobre as tendas armadas nos bairros. O Coronel disse que todas serão recolhidas. A Presidente do Egrégio Colegiado externou sua preocupação com relação ao estado físico dos policiais e perguntou se há uma programação no quartel de treinamento físico. O Coronel Kelson Chaves respondeu que a Polícia Militar teve duas fases, uma antes de 1988 e outra depois. Disse que a fase antes de 1988 era bem melhor, a instrução era rigorosamente cumprida, o policial trabalhava 24 horas, no dia seguinte folgava e, no dia posterior, vinha para o quartel para receber instrução na sala de aula, teórica e prática, com aulas de educação física. A presidente do Colegiado falou da implantação de uma política educativa de esclarecimento da atividade policial e perguntou se existe programação nesse sentido para ser desenvolvida, e falou, também, da parte pedagógica nas comunidades, nas associações de bairros e nas escolas. A essa pergunta o Coronel Kelson respondeu que, embora os recursos sejam escassos, a Polícia Militar tem procurado fazer algo, a exemplo do programa chamado PROERD, onde são formados policiais para ensinarem as crianças do Ensino Fundamental I e II da rede estadual e que, ainda neste ano, será estendido à rede municipal da capital. Complementando, disse que no último



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

trabalho do PROERD, foram reunidas mais de três mil crianças no Estádio Ronaldão. Além do PROERD, disse que existem as creches em João pessoa, Campina Grande e Guarabira mantidas pela Polícia Militar e que assistem não só aos filhos dos militares, mas desenvolvem um trabalho na conscientização dos males da droga e na assistência à saúde. Existe ainda o colégio da Polícia Militar em João Pessoa e outros serão criados, nas cidades de Campina Grande, Patos, Guarabira e Cajazeiras. Complementou dizendo que já existe o ante projeto de lei para a criação desses novos colégios. Afirmou que haverá a implementação do PROERD, através da visita da patrulha escolar aos colégios, igrejas, casas das pessoas, levando esse novo modelo de como a polícia deve atuar e expandindo, assim, a consciência do que significa polícia, porque, na verdade, afirmou, pouca gente sabe como atua o policial. A Polícia Militar está trabalhando, também, em Campina Grande no campo da ecoterapia. A Dra. Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena perguntou ao Coronel Kelson Chaves se a Polícia Militar faz cartilha para ser distribuída com a comunidade. Ele respondeu que estão sendo montadas varias cartilhas para serem distribuídas a população. O Dr. José Marcos Navarro Serrano indagou de qual seria o papel da guarda municipal, no caso da cidade de João Pessoa, com mais de 600 mil habitantes, se há algum projeto que envolva a guarda municipal. Acrescentou que, por lei, a obrigação da guarda municipal é zelar pelo ambiente, porém existe o exemplo do municipal de São Paulo, onde a guarda municipal atua conjuntamente com a Polícia Militar. O Coronel Kelson Chaves respondeu que a guarda municipal é parceira da Polícia Militar e que o comando entrou em contado com o setor urbanista municipal para reativar a cabine do Parque Solon de Lucena. Acrescentou que a GM cumpre seu papel constitucional de cuidar do município e a PM cumpre o seu papel constitucional de fornecer a proteção das pessoas e que a PM é uma Instituição aberta. A Dra.



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

Sônia Maria Guedes Alcoforado fez um comentário com relação à operação manzuá que tinha um trabalho modelo, inclusive copiado por outros Estados e que se degradou ao ponto de se tornar um trabalho vergonhoso e perguntou ao palestrante se havia projeto para a manzuá. O Coronel Kelson disse que o trabalho da manzuá já dura 20 anos, sob o comando do Coronel Made e disse ter sido um dos pioneiros na operação. Falou que a impressão que foi colocada pela Procuradora é verdadeira, que a operação manzuá, de acordo com seu objetivo inicial, se propunha a acabar com o roubo de carro, roubo a banco, seqüestro e outros crimes e ,efetivamente, conseguiu. Foi a zero o percentual desses crimes. Lembrou que, no projeto inicial, eram 12 postos, chegando, depois a 15, com um efetivo gigante e que, ao longo dos anos, foi se degradando e diminuindo, havendo hoje apenas cinco desses postos em funcionamento: um que fica na saída para Recife, outro, na PB-08, mais o da saída para Campina Grande, um no município de Espírito Santo e o da saída para Natal. Acrescentou que está se tentando criar a manzuá móvel, cujo objetivo é dividir o efetivo e fazer rodízios, pegar os infratores de surpresa, ou seja, flexibilizar a manzuá, não informando onde ela estará atuando. Finalizando, disse que existe em João Pessoa uma quadrilha que está roubando só carros grandes, quase todos os dias, e que esses veículos somem. É preciso fazer, disse, um trabalho de diligência, tentar atuar na operação manzuá dia sim, dia não em postos diferentes. Informou que a Polícia Militar vai trabalhar a inteligência para encontrar estratégias que minimizem o quadro que a Dra. Sônia colocou com extrema propriedade. Dra. Janete Maria Ismael da Costa Macedo, com a palavra, agradeceu a presença do Coronel Kelson Chaves e do Secretário Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social, Dr. Airton de Sá Ferraz. Disse que a reunião foi esclarecedora e que o MPE se coloca à disposição, principalmente com relação à melhoria da Polícia Civil, na parte da



Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

elaboração e melhoramento dos inquéritos policíacos, através de cursos preparados pelo CEAF, bem como realizar treinamento com os delegados na CAIMP. O Coronel Kelson Chaves e o Dr. Airton de Sá Ferraz agradeceram pela oportunidade. E nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão.

Elizabete Leônia Soares de Oliveira
Assessora do CPJ (em exercício)